



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

LIDIANE GOMES DOS SANTOS

**QUAL COR TEM O CORPO QUE SANGRA COM AS MARCAS DA
VIOLÊNCIA? A SUBJETIVIDADE DA MULHER NEGRA VÍTIMA DE
VIOLÊNCIA.**

JUAZEIRO DO NORTE

2019

LIDIANE GOMES DOS SANTOS

**QUAL COR TEM O CORPO QUE SANGRA COM AS MARCAS DA
VIOLÊNCIA? A SUBJETIVIDADE DA MULHER NEGRA VÍTIMA DE
VIOLÊNCIA.**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Orientadora: Indira Feitosa Siebra de Holanda

JUAZEIRO DO NORTE

2019

RESUMO

Nota-se que violência é um ato que perpassa todas as sociedades, é nessa perspectiva que destacamos um grupo que vem sofrendo, que são as mulheres negras. Nesse sentido salienta-se que as discussões que envolvem a violência que a mulher negra sofre ainda se fazem insuficientes. Todavia com a ascensão das políticas públicas é uma problemática que vem sendo discutida com mais frequência, principalmente pelos movimentos sociais que trazem a mulher negra como centralidade de igualdade. Dessa forma a presente pesquisa tem como objetivo geral expressar a subjetividade da mulher negra violentada, como também trazer à tona como essa violência é vivenciada pela mulher negra, de que forma as políticas públicas se apresentam para a mulher negra e além disso observar o papel do psicólogo nesse processo, vindo a contribuir não só nos debates como também para uma prestação melhor de serviço. É uma pesquisa de cunho exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa, sendo realizada na região do Cariri Cearense mais especificamente no Crajubar com as usuárias do Centro de Referência da Mulher de uma dessas cidades. Sendo um total de duas participantes com faixa etária de 35 a 37 anos. No que se refere-se a coleta de dados utilizou uma entrevista semi-estruturada, por conseguinte a análise dos dados ocorreu por meio de uma análise do discurso. No mais conclui-se que a política pública se evidencia de modo racista cometendo assim violências e não realizando o seu trabalho de proteção bem como de enfrentamento.

Palavras-Chaves: Mulher negra. Violência. Subjetividade. Enfrentamento. Psicologia.

ABSTRACT

Note that violence is an act that permeates all societies, it is in this perspective that we highlight a group that has been suffering, which are black women. In this sense, it is emphasized that the discussions involving the violence that black women suffer are still insufficient. However with the rise of public policies is a problem that has been discussed more often, especially by social movements that bring black women as the centrality of equality. Thus, the present research aims to express the subjectivity of black women who are raped, as well as to bring to light how this violence is experienced by black women, how public policies are presented to black women and to observe the role of the black woman. Psychologist in this process, contributing not only to the debates but also to a better service. It is an exploratory and descriptive research with a qualitative approach, being conducted in the region of Cariri Cearense more specifically in Crajubar with the users of the Women's Reference Center of one of these cities. Being a total of two participants aged 35 to 37 years. Regarding the data collection used a semi-structured interview, therefore the data analysis occurred through a discourse analysis. Moreover, it can be concluded that public policy is racist and thus commits violence and does not perform its work of protection as well as confrontation.

Keywords: Black woman. Violence. Subjectivity. Confrontation. Psychology

¹Discente do curso de Psicologia. Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, lidiane_gomes2015@outlook.com

²Docente do curso de Psicologia. Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, indira@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

*[...] Das entranhas eu sou cruzilhadas
 Boca do mundo Marielle desbrava
 Misericórdia em volta revolta.
 A bala do racismo, do capitalismo,
 Do sexismo não nos mata.
 Meu sangue quando jorra,
 molha e nasce muitas de mim
 Ori o tempo crava Kaw [...].*

Deise Fatuma, Maré Kawô pela voz de Marielle Franco

A violência pode ser entendida como a utilização da força e/ou poder em forma de ameaça sendo direcionada contra si mesmo como também para um grupo de pessoas, comunidade e por fim outro sujeito que tenha grandes probabilidades de acarretar dano psíquico, alterações no desenvolvimento, privação e até morte (OMS, 2002 apud SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Nesse sentido considera-se que a violência pode atingir qualquer sujeito da sociedade, contudo é importante salientar que a violência é, antes de tudo, uma questão social, dessa forma não se pode tratá-la como algo específico ou separado das construções sociais e dos sistemas que se fazem vigente na nossa conjuntura societária (SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

É nessa perspectiva que destacamos aqui a violência da mulher negra sendo fomentada por meio de estruturas simbólicas e concretas do racismo, desse modo não se restringindo somente a violência física, mas também a material, psicológica e moral (DAVIS, 2016). Ao discutir a pauta da violência contra a mulher surge o conceito de interseccionalidade evidenciando a raça/étnica como sendo um dos aspectos que vem a potencializar essa ação, dessa forma a mulher negra vem ocupando um lugar de destaque nos processos de violência (NOGUEIRA, 2017).

Mediante as informações apresentadas é notório a relevância em discutir-se sobre o tema, tornando-se necessário evidenciar como as políticas públicas estão sendo colocadas para o enfrentamento desta, considerando não apenas dar visibilidade aos números como também para as formas de defrontação. Com isso trazer à tona quais são as formas de enfrentamento da violência que a política pública está se utilizando se mostra

necessário uma vez que pode vir a ajudar a superação dessa vivência no que tange a mulher negra, assim sinalizando a relevância social desta pesquisa.

Desse modo abrindo espaços de discussões e reflexões dentro da academia, salientando que apesar de existirem pesquisas relacionadas a mulher negra e violência, ainda mostram-se insuficientes diante das demandas, especialmente na área da Psicologia. Observa-se uma possível abertura de possibilidades de melhora no atendimento psicológico referente a mulher negra vítima de violência, havendo uma potencialização com o suporte das políticas públicas.

O presente estudo foi desenvolvido no Centro de Referência da Mulher (CRM) dentro da região Crajubar, a pesquisa sendo realizada com duas mulheres negras com a faixa etária de 35 a 37 anos. Inicialmente seria realizada uma entrevista com seis mulheres, todavia no decorrer da pesquisa observou dificuldades no que tange o acesso ao seu acesso. Dessa forma a presente pesquisa tem como objetivo geral expressar a subjetividade da mulher negra violentada, como também trazer à tona como essa violência é vivenciada pela mulher negra, de que forma as política pública se apresenta para a mulher negra e além disso observar o papel do psicólogo nesse processo sendo esses objetivos específicos.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Porque eu escrevo? Porque eu tenho voz e em todas suas dialéticas foi silenciada por muito tempo

Jacob Sam- La Rose

Quando nos voltamos para o processo histórico das conjunturas sociais que vieram se apresentando ao longo do tempo percebemos que a violência perpassa todos os setores da sociedade, este sendo um fenômeno multideterminado, ou seja, se constitui por um apanhado de elementos, dessa forma se tornando complexo. A palavra violência se constitui com uma natureza polissêmica, desse modo é utilizada em vários contextos sociais cabendo aqui exemplificar quais tipos de violência estamos nos referindo.

O termo violência pode ser empregado tanto para maus tratos verbais, psicológicos, morais e físico como também para um homicídio. Tem também a violência doméstica, sexual e isolamento social. Esses aspectos citados anteriormente pode ser

empregado como uma situação de violência (SACRAMENTO; REZENDE, 2006). A violência poder ser definida como uso intencional da força ou poder seja sobre forma de ameaça ou de ação direcionada pra si mesmo, outra pessoa, grupo social ou comunidade. Tendo uma significativa chance de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2002 apud SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Como já foi exposto anteriormente a violência se evidencia como uma questão social, dessa forma não sendo objetivo de nenhum setor específico. Todavia o presente tema é associado mais a área da saúde por estabelecer uma associação no que tange a qualidade de vida. Uma vez que causa lesões físicas, morais e psíquicas como também um cuidado hospitalar trazendo a concepção do conceito de saúde como algo mais amplo (MINAYO, 2004).

Da qual esse vislumbra o bem estar e a qualidade de vida além da esfera orgânica trazendo consigo o cuidado para demais dimensões. Mesmo que atualmente estamos trazendo a violência como um problema social, esta ainda não encontra um espaço de publicidade. Percebe-se que apesar de ter discussões e instituições que trabalham com a violência essa se expressa muitas vezes como uma demanda que é tratada sendo secundária.

Nesse sentido é necessário trazer a violência como algo principal dentro das relações estabelecidas. É tendo por base esse contexto da violência não ser colocada como alvo que a mesma não é colocado como objeto de estudo. Pois não há um reconhecimento e definição de local no campo da ciência, tornando o seu relato e exposição mais difícil. Esse aspecto é um dos pontos que ainda faz com que essa temática ainda se mostra invisibilizada socialmente, inclusive no meio acadêmico da qual se tem a ideia que essas discussões se fazem presentes.

Por estar nessa situação de impossibilidade em relação a um espaço no discurso científico e nas práticas sociais, bem como a ausência de uma linguagem apropriada para nomeá-la e assim conseguir lidar com suas questões. Pois ressalta-se que ao passo que se nomeia coloca-se em um local, e com um local se pode pensar em estratégias e ações. Tendo em vista as especificidades da violência, teremos algumas subdivisões que serão importantes para o desenrolar da discussão (SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Assim falar sobre violência contra a mulher e sobretudo da mulher negra, não é uma tarefa fácil por esses aspectos citados e tantos outros. O termo da violência contra a mulher surge por meios dos movimentos sociais feminista datando mais de vinte anos, esse termo empregado está relacionada a: violência física, violência sexual, psicológica,

moral, a violência étnica e racial, a violência cometida pelo Estado, por ação ou omissão e assassinatos. Essa podendo ser cometida por parceiros íntimos ou não. A violência contra a mulher ainda pode ser estendida para o âmbito familiar da qual inclui além da agressão, privações, impedimentos, abusos, controle e punição muitas vezes esses dois últimos aspectos sendo colocados para modelar comportamentos seja como forma de “educar” ou punir (SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Antes de discutimos como atravessa essa violência em corpo negros femininos se abre um adendo ao ressaltar que ao referir-se o termo mulher negra estamos trazendo a perspectiva do ser mulher por uma concepção de biológica dessa forma, não incluindo a mulher trans negra. Pois entende-se que a violência que as mesmas sofrem também por outros conjuntos de marcadores além da raça. Onde esse corpo além de racializado e demarcado pelo racismo tem a presença da violência da transfobia, sendo essa pauta pra outro estudo (FERRARI; CASTRO, 2017).

Nesse sentido falar sobre a violência sofrida pela mulher negra é reconhecer que essa se executa com outras especificidades que precisam ser consideradas quando se pensa em estratégias de enfrentamento e ações. As manifestações da violência contra a mulher se situa em violações sistemáticas que vão contra os direitos econômicos e políticos femininos. Como tem perpassado ao longo da história essas violações atinge principalmente mulheres negras, periféricas e pobres (DAVIS, 2017).

Observa-se que a produção científica e de dados quantitativos que expressam a violência sofrida pela mulher negra não é suficiente tendo em vista a ocorrência repetitiva do fato. Uma vez que muitas dessas mulheres não conseguem acessar os espaços institucionais que tem como pressuposto oferecer uma rede de cuidados e direitos para a mesma. Ressaltando que as poucas pesquisas que se tem a respeito não parte do princípio de se escutar o que essa mulher negra vivenciou ou vivencia. E aqui se faz uma crítica ao fazer a mulher negra de objeto de estudo, mas não como sujeito do estudo. Uma vez que essa última se construí por meio fala e papel ativo do sujeito que vivencia. Assim podemos dizer que,

É ai que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemológicas desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa [...] nos meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavra mas de poder existir. [...] Quando falamos de direito à

existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência (RIBEIRO, 2017, P 66).

Assim percebemos que essas produções são quase inexistentes pelo fato que esse local de vítima é negado para mulher negra, uma vez que primeiramente o local de sujeito também lhe é negado. No momento que um grupo social reafirmar um papel que não necessariamente condiz com a realidade de certos grupos sociais, ou reafirmar a ausência desses papéis se construí um sistema de crenças que será propagado pelo imaginário coletivo. É esse sistema que vai legitimar qualquer violência que venha perpassar o sujeito, aqui sendo a mulher negra. É tendo por base esse sistema que os movimentos feministas vão em direção contrária lutando para a desconstrução do mesmo, uma vez que a violência é compreendida por esse movimento para além de uma agressão contrário tem como um dos objetivo (SILVA, 2010).

Observa-se índices significativos de violência sendo percebido que as mulheres negras se manifestam como principais vítimas. Observa-se que no ano de 2003 foram assassinadas 1.747 mulheres brancas, esse número no ano de 2013 passou para 1.576, havendo uma queda de 9.8%. Todavia esse cenário se mostra diferente no que tange a mulher negra, uma vez que no ano de 2003 esse número chegou a 1.864 e em 2013 aumentou de forma significativa para 2.875 chegando a representar um aumento de 54,2%. (WAISELFISZ, 2015).

Assim entender a complexidade da violência enfrentada pela mulher negra, é entender as interações ou o processo de interseccionalidade termo usado para demarcar o conjunto de fatores de relações de poder, amarras sociais e opressões que se ligam a partir da relação de classe, raça, política, cultura e gênero. A interseccionalidade para além de expressar múltiplas identidades a mesma se situa como lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais (AKATIRENE, 2018).

É nesse contexto que se faz imprescindível as políticas públicas entender e abarcar essa totalidade que a mulher negra apresenta. As violências normalmente acontecem durante a noite ou madrugada segundo os dados, trazendo isso para o contexto de periferia a mulher que busca essa ajuda nesses períodos dificilmente encontra uma vez que as políticas públicas, como por exemplo, a delegacia da mulher fica muito distante da sua residência assim se tornando inviável o pedido de ajuda (AKATIRENE, 2018).

Somando o aspecto das violências ocorrem durante esse tempo juntamente com o desconhecimento dos profissionais que estão inseridos nas políticas públicas, esses que

por muitas vezes não conhece a política de atenção à saúde da população negra. Outro fator é que as mulheres negras querem dá um fim à violência sem necessariamente denunciar ou ocorrer a prisão dos seus companheiros, isso acontece pelo fato de haver uma marca colonial em conter a privação de liberdade. No mais pelo que se pode notar durante a procura da proteção da mulheres é que se tem uma branquitude como forma de modelo, realizando uma cisão no que tange aqueles que tem um corpo racializado.

Tendo um terror racial como um ponto manifesto que autoriza e potencializa todo o descaso que se passa. Com base no que foi escrito anteriormente é que se faz a seguinte indagação: que papel as políticas públicas podem vir a exercer para ajudar no combate da violência contra a mulher negra? Ou melhor, como oferecer um serviço que garanta a sua integralidade sem cometer outra violência essa sendo institucional ou não? (AKATIRENE, 2018).

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DE ESTUDO

O presente trabalho ocorreu por meio de uma pesquisa de campo de caráter exploratória, o qual se caracteriza por uma aproximação com o tema, para que desse modo consiga uma aproximação do fenômeno estudado. Nessa perspectiva o autor Fontelles (2009) salienta que o estudo exploratório surge não apenas para buscar subsídios para determinar as relações existentes, ultrapassando esse pressuposto indo de encontro sobretudo para conhecer o tipo de relação que se apresenta. Além disso o estudo também apresenta um caráter descritivo.

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa, a mesma se baseia no aprofundamento do tema específico, se atentando para a qualidade da informação que está sendo coletada assim não havendo uma ênfase na quantificação dessas informações. Nessa perspectiva emerge como principais características a análise dos dados empíricos na sua forma natural como o ambiente expressa.

Desse modo considerando ser importante a construção de um contato estendido entre o contexto investigado e o investigador. Nessa ocasião o pesquisador pode utilizar gravadores, caderno de anotações ou blocos. Ressaltando que este irá fazer de si próprio um instrumento de observação, seleção e análise das informações/dados que será estudo no decorrer da pesquisa (GODOY, 1995).

5.2 AMOSTRA DA PESQUISA

O estudo ocorreu na Região Metropolitana do Cariri Cearense, a amostra utilizada se estrutura tendo por base 2 (duas) mulheres da qual são negras. A amostra se apresentou de forma reduzida devido as dificuldades de acesso a esses sujeitos. Para fazer parte da amostra as participantes seguiram alguns **critérios de inclusão** tais como: ser mulher negra ou branca; ter sofrido algum tipo de violência (física, moral ou psicológica); estar na faixa etária de 30 a 45 anos; ter passado por alguma política pública em decorrência da violência sofrida; ser da região Crajubar; assinar o termo de consentimento livre e esclarecido; assinar o termo de consentimento pós esclarecido; assinar o termo de uso de voz.

Por conseguinte como **critérios de exclusão** se expressa: Ser mulher trans negra; ser mulher trans branca; não assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, não assinar o termo de esclarecimento pós esclarecido; não assinar o termo de uso de voz; não se encaixar nos critérios de inclusão e não ter sofrido algum tipo de violência.

A participante A tem 37 anos, residente da região do Cariri atualmente é dona de casa, casada com três filhos. A mesma apresentou alguns problemas mentais da qual não foi nomeado durante a entrevista. A referida participante é vítima de violência por seu companheiro, da qual foi relatado que essa violência se faz presente desde seu início do casamento. Está não se considera negra uma vez que expressa que a cor é por conta do sol. A participante A chegou ao CRM por meio de um encaminhamento de outro serviço, deixando evidente no início da entrevista que não conhecia o equipamento.

Já a participante B tem 35 anos, residente da região do Cariri também, trabalha atualmente na área de beleza e é solteira. A participante chegou ao serviço por conta da violência sofrida pelo ex companheiro, a mesma é acompanhada também pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em decorrência a violência sofrida uma vez que teve sua saúde mental afetada de forma intensa, a participante B se condissera uma mulher negra.

O acesso as participantes da pesquisa se deu por meio do Centro de Referência da Mulher (CRM), equipamento esse localizado em uma das cidades do Crajubar. O local foi escolhido por conveniência da pesquisadora, uma vez que se encontrou uma quantidade suficiente de participantes que se encaixa nos critérios de inclusão, desse modo dando uma maior possibilidade de ocorrência da pesquisa. O uso do termo de consentimento livre e esclarecido se deu de forma indispensável uma vez que esse resguarda o anonimato do participante da pesquisa, ou seja, garante o sigilo bem como

assegura as informações. A presente pesquisa envolve alguns riscos no que tange o sujeito da pesquisa, como por exemplo, despertar o sentimento de angústia e desconforto.

Assim qualquer reação negativa, de sofrimento ou mal estar o participante era encaminhado para o Serviço de Psicologia Aplicada do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, vindo a ter um acompanhamento psicológico. Nessa perspectiva o participante da pesquisa teve o direito de desistir da entrevista e encerrá-la caso venha a sentir um mal estar sem haver qualquer prejuízo para o mesmo. É notório ressaltar que os sujeitos que aceitaram participar da pesquisa não teve qualquer ganho econômico por conta de sua contribuição.

5.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE DADOS

Se teve como principal forma de coleta dos dados uma entrevista semi-estruturada que se desenvolveu de forma individual dentro de uma sala preservando o sigilo e a integridade das participantes. As entrevistas duraram em média de 18 a 40 minutos. No que tange a estrutura da entrevista, houve cinco perguntas norteadoras essas sendo: 1- Poderia me contar um pouco sobre sua história de vida?; 2- O que significa violência pra você?; 3- Em que momento você se sentiu violentada?; 4- Como foi que você chegou até o serviço? E o que achou? Nesse espaço você também se sentiu violentada?; 5- O que poderia melhorar no atendimento?. Essas foram sendo colocadas ao longo do diálogo, sendo expressas não necessariamente na ordem colocada anteriormente.

Foi utilizado como instrumento um gravador de voz, as gravações foram usadas apenas para transcrever as conversas para que dessa forma se faça sua análise, não havendo a exposição do áudio. Salientando que não se dispensa nessa etapa do processo o termo de uso de voz como também do TCL.

A análise de dados se deu por meio da análise do discurso, processo esse destacado pelo os autores Regnato e Mutti (2006) como uma disciplina de interpretação baseada pela intersecção de epistemologias distintas, relacionados a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Assim nesse processo a linguagem é considerada social, histórica e detentora de sentido, nessa perspectiva pode-se dizer que a análise do discurso é formada por um tríplice tendo a ideologia, a história e a linguagem. Da qual essas interagem entre si, dando vida ao discurso expressado pelo sujeito indo para além de uma análise de falas.

6 RESULTADOS E DISCURSÕES

E o risco que falamos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido faladas, infantilizadas (infans é aquele que não tem fala própria é a criança que se fala na terceira pessoa porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala.

Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

Léila Gonzalez, racismo e sexismo na cultura brasileira.

6.1 “NÉ DE HOJE NÃO, MULHER... ELE BRIGA COMIGO DIRETO”: O PROCESSO DE VIOLÊNCIA.

A violência se apresenta desde as primeiras conjunturas sociais, desse modo, não sendo algo exclusivamente da sociedade contemporânea. Nesse sentido, cabe aqui ressaltar que há um conjunto de violências, no plural, que perpassam pelas vivências e construções de grupos específicos, sobretudo, dos grupos minoritários. É possível conceituar a violência de diversas formas, assim a Organização de Saúde (OMS) elucida a mesma como o uso da força ou poder, seja em ameaça ou no ato, contra uma comunidade, pessoa e contra si mesmo.

Onde isso pode resultar ou tenha como resultante um processo de sofrimento, privação, morte, dano psicológico além de ter um desenvolvimento prejudicado. É importante trazer que a palavra “poder” referida na conceituação anterior é colocada justamente para expressar que esses atos de violência geram relações de poder. Ao passo que gera relações de poder vai ter um oprimido, que nesse caso seria a mulher vítima de violência além disso essa relação vai ocasionar em negligência, omissão, abusos sexuais e autolesão (DAHLBERG; KRUG, 2007).

É imprescindível trazer à tona como a violência perpassa pelo corpo negro feminino, uma vez que esse ato se expressa de modo diferenciado no corpo não negro. Desse modo o corpo ele vai ser visto e constituído de forma social e simbólico, uma vez que o processo de subjetivação vai perpassar pelo sujeito. Ao se dirigir ao corpo negro este é visto com desprezo, vergonha ou hostilidade. Ao passo que os depoentes se referem-se ao “beijo grosso”, “cabelo ruim”, “bundão” e assim por diante esses aspectos que são colocados por terceiros vai começar a demarcar esse corpo como o não bonito como também sendo passível de violência (SOUSA, 1983).

Desse modo um dos traços da violência racista via se dá no preconceito de cor, que vai se estabelecer a partir de uma relação persecutória entre a pessoa negra e o seu corpo. Não a como negar que o corpo ou a imagem corporal é um dos componentes fundamentais no que diz respeito a construção da identidade do sujeito, assim a identidade do mesmo em grande parte vai depender da relação que esse cria com o corpo (SOUSA, 1983).

A partir dessa perspectiva podemos trazer como ponto de reflexão que, ao ponto que a relação que se construí entre o sujeito negro e o corpo vai surgir em sua grande maioria de uma relação fragilizada, tendo em vista os estereótipos, preconceitos e discriminações que o sujeito sofre em decorrência do seu corpo. Pois este não consegue passar de forma invisível.

Desse forma, para compreender como o processo de violência atinge essas mulheres negras é importante realizar uma articulação entre raça, gênero e classe. Essa articulação vai ser pensada por meio do conceito de interseccionalidade da qual vai refletir, de modo teórico e prático, em como os sistemas de opressões de cada dimensão se articulam e se retroalimenta. Nessa perspectiva, usaremos esse termo inicialmente colocado pela teórica Kimberlé Crenshaw em 1989, abordado no seu artigo intitulado de *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine Feminist Theory and Antiracist Politics*. Esse termo além de se pensar nessas três dimensões ele não reduz a identidade do sujeito, já que por sua vez o vê na sua totalidade, analisando-o em suas diversas dimensões (AKOTIRENE, 2018).

Ao se pensar na violência da mulher negra se pensa em colisões de estruturas essas sendo de raça (racismo), sexo (sexismo) e classe (classicismo), todas elas apresentam estruturas de violência em sua base apenas pelo fato do sujeito ocupar esse local. Nesse sentido, foi perguntando tanto para a participante A, como à participante B, o que elas entendiam sobre violência, trazendo as seguintes frases:

[...] a pessoa não sofrer, não apanhar. Eu não apanhava nem de mãe e nem do meu pai, vou apanhar de um homem... de macho que não me dá nada, pra quê?
[...] É... que ele quer fazer coisa a força, sexo a força (Participante A, 37 a.).

No recorte anterior a compreensão acerca da violência para a referida pessoa se dá em torno da violência física e sexual. No que tange essa primeira, observa-se que ela tem uma dificuldade para relatar a violência sexual que sofre do marido. E para além

disso, tenta buscar uma validação no que tange a primeira afirmativa, pois o fato dela não ganhar nada, seja de forma efetiva ou financeira, faz com que a sua agressão não seja “compreendida”, demonstrando uma raiva. A violência sexual normalmente é acometida por pessoas íntimas, seja familiares, companheiros e até vizinhos, dessa forma sendo mais comum do que se pensa (SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Nesse sentido, se torna muito mais difícil o rompimento do ciclo de violência seja pelo medo ou por não ter a quem recorrer. Já a participante B entende violência da seguinte forma,

[...] violência é quando as pessoas não respeitam os teus direitos, não precisa só bater, mas palavras que lhe machuquem que lhe humilhe, entendeu? Que lhe coloca pra baixo, isso também é violência [...] (participante B, 35 a.).

Nesse recorte já percebemos outro tipo de violência que pode vir a se apresentar, que é a violência psicológica e moral, onde a primeira se constitui como toda e qualquer forma de cobrança exagerada, punições humilhantes, depreciação, discriminação, desrespeito, rejeição. Todos esses aspectos se configuram como forma de maus tratos psicológicos que geram danos ao desenvolvimento biopsicossocial interferindo na formação de personalidade e no modo como a vida passa a ser encarada (SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Outra questão da violência psicológica é que essa pode deixar marcas na construção subjetiva do sujeito a ponto de não ser recuperada. Já a moral está relacionada a ferir sua imagem com afirmações negativas (SACRAMENTO; REZENDE, 2006). Assim, é notório que se apresentam violências e não violência, uma vez que são advindas mais de uma para ambas, assim observando a sua variabilidade a depender de cada situação.

Ao se pensar no início da violência observa-se duas coisas em comum em ambas as participantes, pois todas trazem na sua história um caminho de violência desde a sua infância e isso pode ser pensado a partir das estruturas coloniais. Onde a população negra chegou a solo brasileiro por meio da violência escravista, desse modo, causando fragilidades na identidade sendo essas potencializadas por meio das discriminações interseccionais (AKOTIRENE, 2018). Nesse sentido, observa-se nos relatos que o ciclo de violência já se inicia na infância podendo chegar na fase adulta ao homicídio. A participante A traz a seguinte fala ao falar do seu casamento.

[...] quase obrigada né... até ele... até o padre ameaçou [...] eu 'num' tinha engravidado ainda não, era moça. Bem que dizer que casei... bem que dizer que eu fui estrangulada. [...] uns 13 pra 14 anos eu acho (participante A, 37 a).

Já a participante B traz na sua fala ao lembrar de sua infância uma situação de violência evidenciando que,

[...] eu passei fome, necessidade... aos 14 anos eu fui colocada na rua né. Aí tive que morar na rua... e tive que me prostituir depois pra sair da rua né, por conta da violência porque eu não queria usar drogas e nem me torna alcoólatra e nem roubar. Então o único meio que eu tive de sair da rua foi me prostituindo pra arranjar dinheiro pra pagar um lugar, comida essas coisas, eu não podia ficar na rua (participante B, 35 a).

Ao refletir sobre as falas anteriores que fazem alusão ao período de infância, mas especificamente como elas foram vivenciadas, é notório que não houve esse processo de infância. Uma vez que a primeira se casou contra a sua vontade e para além disso, encara esse momento como uma violência, uma vez que foi obrigada a ter relações sexuais. A segunda por sua vez viu na prostituição a única saída para a sua sobrevivência. Nessa perspectiva, observa-se a redução de possibilidades que se apresentaram para essas mulheres que até então eram crianças. Essas vivenciando a violência sexual desde de muito cedo (SERPA; FELIPE, 2019).

Dessa forma, salienta-se que pelo fato dessas violências terem afetado tão cedo no desenvolvimento desses sujeitos, contribui para a naturalização da violência pela sua ocorrência, como também incrementa no que tange o desgaste de outras relações principalmente amorosas. Assim, observa-se que a exploração é uma das semelhanças trazidas, uma vez que isso é mais antigo do que o patriarcado, sendo esse último citado como potencializador dessa relação de poder e conseqüentemente de violência (CUNHA; SOUSA, 2009). Uma fala que traz o processo de naturalização da violência é expressada pela participante A ao ser perguntado por quanto tempo essa violência dura sendo relatado da seguinte forma,

[...] né de hoje não mulher... ele briga comigo direto [...] (participante A, 37 a).

Já a participante B acrescenta como era vivenciada a prostituição no âmbito da violência sexual que a mesma sentia, expressando que,

[...] quando vai ficar com alguém seja por dinheiro ou por qualquer outra coisa... com alguém que você não conhece é como se fosse um estupro toda vez (participante B, 35 a).

Nesse sentido, compreende-se que a prostituição aqui não se configura como uma escolha, uma vez que a participante não enxergava outras possibilidades, seja pela sua condição de vulnerabilidade ou por conta de alguma rede de cuidado e proteção que de algum modo poderia ter sido mediadora nesse processo de garantir os direitos mínimos, tanto instituídos pela Constituição Federal de 88, assim como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (CASTRO; MACEDO, 2019).

Desse modo, como forma de enfrentamento para sair de uma situação de risco, a participante se submeteu a outra, visualizando isso como a única possibilidade daquela época. Em vista disso, entende-se que esse processo de prevenção da violência também se configura como um papel do estado uma vez que preservar a dignidade humana, garantir a segurança e bem estar se faz como um dos pontos elucidados na lei.

Entretanto, o que se observa é uma justiça e instituições seletivas, tanto no processo de proteção, como de punição, uma vez que os instrumentos protetivos do Estado legitimam a violência que perpassa a pessoa negra. Não verificando as performances racistas e sexistas de suas instituições. A exemplo temos o ECA que deveria ter uma compreensão que alguns adolescente perdem essa posição para ocupar um local de “menor”, isso acontece pelas experiências geracionais que são diferenciadas pelo racismo do qual ocorre um processo de mudança onde o branco se torna adolescente e o negro menor. Trazendo à tona a racialização da justiça. Que nesse caso poderia prevenir, todavia contribui para o processo de violência (AKOTIRENE, 2018).

Assim, é necessário compreender a história de vida das vítimas de violência, sobretudo das vítimas racializadas. Pois geralmente a violência que essas sofrem em um determinado contexto é só mais uma advinda do seu processo de desenvolvimento. Por consequência, o nível de violência vai se agravando com o passar do tempo podendo chegar inclusive a níveis extremos como o feminicídio ou homicídio. Assim, entender o processo de violência da mulher negra é entender a sua história de vida, trazendo à tona sua construção social e subjetiva (AKOTIRENE, 2018).

6.2 “PARECE QUE É COMO SE ELE TIVESSE TIRADO A MINHA ALMA DE MIM”: OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA.

No que tange o processo de violência da mulher, especificamente da mulher negra é notório os efeitos que essa ocasiona, da qual os traumas gerados não se apagam interferindo diretamente na vida cotidiana do sujeito assim como na sua construção subjetiva e social. Desse modo é preciso explicitar que os traumas para serem gerados e por conseguinte seus efeitos não precisar ocorrer necessariamente a violência física, pois observa-se por exemplo que na violência psicológica há a presença da violação de direitos desencadeando a vivência de um sofrimento intenso (CUNHA; SOUSA, 2009).

Nesse sentido um dos recortes traz alguns dos efeitos gerados pelo ciclo da violência, a participante traz em sua fala a seguinte percepção ao ser perguntado como a mesma se sentia com a violência sofrida, está se expressando da seguinte forma,

[...] medo né? medo de chegar em casa e.... (participante A, 37 a).

Nesse trecho destaca-se a vivência do medo sofrido pela participante sempre que chega em casa, local da qual é o cenário de suas agressões. No decorrer do relato a mesma ficou em silêncio por um longo período após responder a pergunta, o silêncio nessa caso pode ter surgido tanto como uma forma de reflexão como também de angústia ao não querer mais falar sobre isso, outro ponto é que na fala traz um medo referente a morte.

O medo surge como um dos efeitos da violência uma vez que este paralisa o sujeito tornando-o desse modo mais frágil. Dessa maneira fazendo com que as ações sejam modificadas reduzindo as possibilidades de resolução conjuntamente esse sentimento faz com que ocorra um processo de dependência e submissão. Pois entende-se que por meio do medo a vítima vai aceitar a situação colocada pelo o agressor por pensar que pode acontecer algo mais grave, como por exemplo homicídio ou feminicídio (ARENDR, 1989; CUNHA; SOUSA, 2009).

No que tange o processo de dependência se explicita aqui a fala da participante B que por sua vez relata a dependência afetiva que tinha em relação seu ex companheiro, trazendo que,

[...] porque no caso dele não ter família né, ele assim... você sabe que a gente cria as pessoas do jeito que a gente quiser, então você não vai criar as pessoas do jeito que ela é. [...] ele é como se fosse a única pessoa que eu tivesse no mundo, era uma pessoa que me passava uma sensação falsa de segurança de tudo, entendeu? (participante B, 35 a).

Nesse sentido é notório que o fato da participante não ter tido uma rede familiar assim como de proteção e afeto ao longo do seu desenvolvimento fez surgir uma fragilidade afetiva significava, ao ponto desse aspecto emergir como um dos influenciadores para a mesma ainda permanecer por algum tempo no ciclo de violência. Dessa forma a dependência afetiva gerada em relação ao seu ex companheiro foi sequelas de uma infância e adolescência conturbada, que ao se remeter ao passado essa situação ainda parecia ser menos ruim do que a vivenciada anteriormente. Assim observa-se que a violência é permeada por aspectos, físicos, psicológicos e sexuais podendo ser considerado um problema de saúde pública. Uma vez que medidas de promoção a saúde ou garantia de direitos poderia prevenir casos como esse como a alta vulnerabilidade (NETTO, *et al*, 2014).

Outro ponto vivido pela participante B como efeito se mostra da seguinte forma,

[...] não confio mais em ninguém [...] Ele magoou minha alma, é como eu disse. Parece que é como se ele tivesse tirado a minha alma de mim. Ele acabou comigo. Eu passei muitos anos raspando minha cabeça, me riscando meu corpo, me mutilando... eu parei agora [...] eu não pensei duas vezes eu surtei (participante B, 37 a).

Aqui observa-se os danos psicológicos e o agravamento a saúde como um dos vários efeitos produzidos pelo ato da violência, surgindo a irritabilidade, insegurança, tristeza, solidão, dificuldades no que se refere-se a construção de relacionamentos, falta de motivação, raiva, comportamentos autolesivos, surto psicológico chegando a casos extremos como o suicídio. Uma vez que lidar conviver com as lembranças da violência ou com a própria violência diariamente visualizar a morte muitas vezes surge como a única possibilidade de resolução desse sofrimento (SILVA, *et al*, 2017). É nesse contexto que se chama atenção para um dado importante que se diz a respeito ao número elevado de suicídio da população negra, muitas vezes surgindo por meio desses contextos.

O medo relatado anteriormente pela participante A é uma situação vivida também pela participante B, da qual expressa ter medo do que o seu ex companheiro poderia vir a fazer, assim relatando o seguinte fragmento,

[...] não, eu não temia por mim eu temia pela pessoas pagar por coisas... minhas. Que...não tinha nada... que não tinha. Tipo minha família [...] (participante B, 35 a).

A violência verbal também contribui para a ocorrência de efeitos sobre a vítima essa podendo se estender a muitos anos. Ao ser perguntado a participante A de como o que a mesma sentia com as frases que eram ditas como por exemplo, ser chamada de prostitua e rapariga essa expressou que,

[...] doí né, dá aquela angustia. Doí no coração da gente né [...] (participante A, 37 a).

Assim por mais que as violências sofridas se dão em contextos diferentes, por envolver novos sujeitos identifica-se que há aspectos semelhanças nessas experiência, a cargo disso o medo. Que nesse sentido é tanto vivenciado um medo de si ou o medo de acontecer algo com outros sujeitos próximos. Vê-se que a depender do grau e ocorrência do processo de violência as sequelas vão se agravando e se agrupando a outras fragilidades já existentes, como contribuindo para intensificar alguma vulnerabilidade futura.

Com isso é importante refletir os índices que indicam não só a morte da mulher negra, mas as violências que são acometidas. Sendo necessário enxergar a mesma como categoria de análise, desse modo trago sendo indispensável a nomeação dessa realidade. Pois a partir do momento que não se nomeia uma realidade não tem como pensar sobre ela, desse modo a mesma seguindo invisível. Que muitas vezes é isso que ocorre, há um não lugar dessa mulher negra no cenário de violência, a não nomeação (RIBEIRO, 2017).

6.3 “[...] COLOCAVA VOCÊ COMO UM VILÃO”: POLÍTICAS PÚBLICAS A QUEM SERVE?

Com o passar dos anos foram se construindo ações de enfrentamento no que tange a violência contra a mulher, a exemplo disso trago aqui as políticas públicas. A mesma é definida como o somatório das atividades dos governos, que vão agir ou interferir de forma direta ou através de delegação, influenciando no cotidiano dos sujeitos (PETERS, 1986 apud SOUZA, 2006). A partir dessa definição pode se pensar que os governos, bem como o Estado tem um papel relevante e necessário no enfrentamento da violência. Uma

vez que este vai trazer estudos conjuntamente planejar ações de prevenção como também de minimização desse fenômeno.

Nesse sentido pensar políticas públicas para a mulher negra ainda se apresenta de forma incipiente, pois as práxis das mesma se dão de modo generalista. O que se ver atualmente é um cenário destoante do que se pensa a própria política. Nesse sentido não tem como não trazer nesse texto o Estado político atual que se encontra a conjuntura social brasileira. Pois observa-se o desmonte das políticas públicas, assim abrindo ainda mais a lacuna no que refere-se a desigualdade racial e de gênero.

Da qual vem contribuindo de forma direta ou indireta para a potencialização da violência sofrida por essas mulheres. Todavia retomando a ideia inicial podemos identificar a exclusão racial por critério de gênero que essa é promovida pelo universalismos das políticas públicas. Tendo em vista que a maneira que a mulher negra procura esse serviço, muitas vezes o mesmo é negado ou quando consegue ter acesso se comete outra violência essa se configurando como violência institucional (AKOTIRENE, 2018).

Assim ao ser perguntando para a participante A de como a mesma teve acesso ao serviço essa respondeu da seguinte forma,

[...] Ela [...] lá no CAPS [...] eu faço tratamento lá, eu (participante A, 37 a).

Já no que refere-se a participante B, essa relata uma experiência diferente da anterior expressando que,

[...] porque era lá perto da minha casa, aí eu quando tive o problema eu... eu achei que ali era a delegacia da mulher... era tipo a delegacia ai eu fui pra lá [...] (participante B, 35 a).

Podemos observar que ambas as participantes não sabiam a priori a existência do serviço, desse modo chegando até o mesmo por meio de terceiros ou por uma confusão de equipamento. Aqui cabe pensar até que ponto a política pública é acessível ou abrange todas as mulheres, no tocante que as participantes aqui se encontra em uma zona geograficamente considerada de periferia. Se o equipamento e aqui ressaltando o CRM trabalha junto ao território é necessário que as pessoas civis tenham conhecimento de sua existência, pois só desse modo que as mesma vão até o local.

Nesse sentido trazer a comunicação aqui como um dos aspectos possível para a garantia de acesso se evidencia de forma eficiente. Tendo em vista que o poder de divulgação trazendo à tona informações como por exemplo, o que é o serviço, pra quem ele se destina e como ter acesso a ele é o mínimo. Nessa perspectiva o repasse da mensagem pode gerar o exercício da participação dos sujeitos (CEZAR, 2018).

Ao passo que as participantes tiveram acesso ao serviço foi perguntado como é que se deu o atendimento, desse modo a participante B trouxe a seguinte fala,

[...] não vi acolhimento... certo que tinha a psicóloga e era uma pessoa muito boa mas, mas não me lembro... tinha outras pessoas eu não me lembro... já tinha outras pessoas que você via que não tinha não dava acolhimento e colocava você como um vilão como a vítima e você que era a vilã da história (participante B, 35 a).

Com essa fala podemos ver que o atendimento prestado não se deu como se prevê a própria norma técnica de uniformização do CRM, uma vez no mesma estabelece a que é fundamental que assegure a qualidade do serviço, bem como o acolhimento necessário. No momento que a participante expressa que foi colocada como sic “vilã”, isso já pode se configurar uma violência institucional. Pois a subversão de papéis de vítima e agressor são invertidos, desse modo a punição é direcionada pra vítima por conseguinte deixando a mais fragilizada e com uma grande probabilidade de deixar o serviço.

Assim podemos pensar que a ideia colonial que ainda perpassa nos dias de hoje através da estrutura racista que o corpo negro ora é violento ou ora é responsável pela violência que sofre ainda é vivenciada pela mulher negra. Nesse sentido trazer a celebre frase “que as políticas são pra todos”, devemos refletir que faz parte desse todo. Pois se a mulher negra se encontra em uma situação de vulnerabilidade justamente pelas produções de desigualdades sociais e raciais realizada pela sociedade é notório que devemos olhar para elas com mais atenção. Inclusive os profissionais se atentarem para suas posturas, para não potencializar a violência já sofrida por essa mulher (RIBEIRO, 2017).

A participante A por sua vez relatou que no primeiro atendimento “foi bom né” sic. Nesse fragmento podemos refletir que a participante pode ter dito isso como forma de defesa por não querer expor o serviço e por conseguinte se expor, ou realmente por ter gostado do serviço. Todavia essas possibilidades precisam ser mais analisadas já que a participante A estava no serviço a menos de 15 dias. Diferente da participante B que estava a mais de um ano. Foi perguntado as participantes que as mesmas achavam que o

fato de ser mulher negra influenciou no atendimento desse modo a mesma respondendo que,

[...] teve, a gente sofre preconceito. Você sabe que não é fácil, as portas não são todas abertas. Por conta do preconceito que a gente sofre e até hoje ainda existe né [...] (participante B, 35 a).

No fragmento anterior a participante B nos relata em outras palavras que sofreu racismo institucional. Racismo esse que se desloca-se da dimensão individual indo de encontro com a dimensão estrutural se expressando nas organizações, políticas e normas. Tendo por consequência tratamento desigual, de um grupo específico garantindo a exclusão. Salienta-se que esse tipo de racismo é mais negligenciado, uma vez que abarca uma estrutura maior e mais complexa, dessa forma os responsáveis pelas organizações ou políticas optam por ignorar por medo de trazer alguma repercussão negativa para os mesmo.

Nessa perspectiva os profissionais que eram pra lhe dar suporte, inclusive apoio jurídico caso isso viesse ocorrer em outros ambientes a depender dos encaminhamentos e casos, são os próprios autores do da violência. Dessa maneira as possibilidades de suporte vão se fechando para o sujeito, pois a figura que era vista como protetora ganha outro sentido (ERNECK, 2016).

No mais foi trazido à tona para as participantes que melhorias poderiam ser colocadas no atendimento de acordo com as experiências delas, de modo que as mesmas se sentissem mais seguras tal como ajudar no fortalecimento de vínculos. A participante A expressou que,

[...] ele para com essas coisas né... não ficar me maltratando... ele parar né (participante A, 37 a).

Na fala da participante ela traz como melhoria a extinção da violência gerada pelo seu companheiro. A vista disso o CRM pode pensar em estratégias que ou minimizasse a violência, na própria norma técnica tem um direcionamento. Da qual explicita que o planejamento da intervenção deve integrar toda a rede de atendimento, bem como as necessidades da mulher dessa forma pode se pensar em abrigos, serviços de saúde e até creche caso essa mulher tenha filhos. Mas é importante ressaltar que as intervenções

devem considerar os impactos causados na vida da mulher de acordo com suas circunstâncias tal como situação econômica, cultural, étnica, orientação sexual, dentre outras.

A partir disso nota-se que há uma complexidade que precisa ser compreendida não só para ver a necessidade dessa mulher, mas também para se pensar em uma intervenção. Pois não se pode correr o risco de tirar ela dessa situação de violência e a mesma adentrar em outra, ou chegando a níveis extremos como o feminicídio ou homicídio. Antes de tudo a garantia de vida dessa mulher precisa ser a prioridade para que dessa forma se possa pensar em maneiras de romper com o ciclo de violência e o agressor ter sua punição segundo o Código de Execução Penal (NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, 2006).

Trago aqui a Lei de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340), essa sendo mais conhecida como Lei Maria da Penha sancionada no ano de 2006. A lei afirma que toda mulher pode gozar dessa lei, sem exceção de classe, raça etnia ou gênero, assegurando oportunidades e facilidades de viver sem a violência. Tendo por consequências a preservação da saúde física, mental e aprimoramento de outros aspectos, como por exemplo, social (COIMBRA; RICCIARDI; LEVY, 2018).

Todavia a autora Akotirene (2018) traz uma problemática no que diz respeito a tal lei, a mesma aborda que no processo de realizar a denúncia muitas vezes a mulher negra renuncia esse direito por medo de ter uma punição, seja com ela ou para o seu companheiro principalmente se for homem negro. Pois traz consigo a herança colonial da retirada da liberdade que foi realizada pelo processo escravocrata que nesse caso seria o cárcere. Além disso muitas vezes é o agressor que detém o poder econômico, com isso a denúncia implica em perder o sustento.

Para a participante B essa traz em sua fala que uma das formas que poderia melhorar o atendimento se dá na seguinte forma,

[...] eu mudava o profissionais, como mudou agora os profissionais graças a Deus. Agora são pessoas mais humanas, que correm atrás, que batalham pelos outros e eu... foi ótimo ter mudado deles [...] (participante B, 35 a).

Aqui fica evidente como o atendimento para a participante B foi traumático, uma vez que a mesma desejou como melhoria a retirada de todos. Logo em seguida a mesma

faz referência a falta de sensibilidade dos profissionais para com ela, explicitando aqui uma postura não empática e acolhedora da qual tiveram. Nessa perspectiva nota-se o despreparo da equipe em relação a esse caso, pois nem o mínimo foi realizado como explícita na cartilha. Assim ocorrendo uma falta ética, tal como uma negligência. Pois ao passo que a mesma relata que agora os profissionais “correm atrás”, ela denuncia que os mesmo não exercia as suas respectivas funções.

Nesse sentido a análise, e as intervenções que eram pra ser realizadas de acordo com a situação vivenciada são deixadas de lado, havendo um aumento de risco para o sujeito. A preparação técnica se faz extremamente importante, mais para além disso é preciso ter sensibilidade manejo para conduzir os casos, para que dessa maneira não trate o sujeito como um objeto e tirando de si o seu status de humanidade. Status esse que normalmente já retirado da pessoa negra por meio de pensamentos racista que trazem a ideia da pessoa negra ser um “animal” por conta de sua agressividade (COIMBRA; RICCIARDI; LEVY, 2018).

No mais fica a provocação trazida no título a quem política pública serve deve ser repensada e refletida todos os dias, ao ponto que o racismo pode perpassar por esses espaços acarretando dessa forma uma vitimização da vítima ou pior, trazendo a subversão do papel de vítima para de culpada. O padrão dessas organizações ainda é branco e heterossexual, todavia é necessário realizar fissuras para que esse grupo ocupe esses locais e tenham garantido seu acesso ao serviço.

Assim as formas de monitoramento e avaliação das políticas e equipamentos devem se mostrar de modo mais assertivo para que outras violências ou negligências sejam cometidas. É pensando em locais que consigam realizar uma análise trazendo a interceção como base que vamos começar a diminuir as lacunas das desigualdades e violências produzidas, trazendo a sociedade civil como um dos atores importantes nesse cenário (AKOTIRENE, 2018).

6.4 “UMA VEZ QUE VOCÊ SURTA E NUM TEM A SAÚDE MENTAL NINGUÉM QUER MAIS ACREDITAR QUE É CAPAZ EM NADA”: O PAPEL DO PSICOLÓGO NO CUIDADO AO ATENTIMENDO DA MULHER NEGRA VITÍMA DE VIOLÊNCIA.

A violência contra a mulher, da qual compreendemos que é um processo que envolve muitos fatores, produz consequências traumáticas para a mesma. Dessa forma esse trauma reflete nos mais variados ambientes, sejam eles sociais, educacionais,

familiares, intrapessoal e assim por diante. Nessa perspectiva o cuidado direcionado para mesma no processo de enfrentamento, bem como de ressignificação da violência vai ocorrer pelo trabalho de diversos profissionais, entre eles o Psicólogo (PINTO, *et al* 2017).

Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), nos princípios fundamentais o mesmo traz o seguinte fragmento,

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, 2005, p. 7).

Desse modo compreende-se que o trabalho do psicólogo também propõe que por meio da sua práxis ocorra um processo de ruptura com a violência sofrida, ou qualquer outra forma que vá em direção contrária no que é estabelecido na Declaração de Direitos Humanos. E para além disso, o mesmo deve realizar uma análise política, social e de outros fatores, para que dessa forma consiga compreender quais são os aspectos que ajudam a fomentar a realidade dessa mulher.

Nesse ponto destaca-se que a análise do marcador de raça é imprescindível, uma vez que o mesmo vai demarcar locais, inclusive locais sociais de violência, como também de relação de poder. A psicologia por muito tempo se mostrou aliada na perpetuação do racismo, por conseguinte ajudando na potencialização da violência, estereótipos e discriminação (CFP RELAÇÕES RACIAIS: REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS/OS, 2017).

Nessa perspectiva se silenciando diante as desigualdades políticas, sendo umas dessas o sexismo e o racismo. Com isso não acolhendo as demandas provenientes dessas vivências, assim se omitindo no processo de enfrentamento político dessas modalidades. Reafirmando a invisibilidade dessa demanda que atinge mais da metade da população brasileira. Sendo assim se torna um compromisso ético e político, o profissional de psicologia agora se ater no enfrentamento do racismo e sexismo, tentando romper essa cultura, da qual é branca e que traz o homem Cis e eletista como centralidade, conjuntamente com uma ideologia euro centrada, obviamente (CFP RELAÇÕES RACIAIS: REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS/OS, 2017).

Desse modo foi perguntado a participante B que a mesma achava importante o atendimento psicológico na ressignificação do processo de violência. Explicitando aqui, que ressignificar não é esquecer. Assim a participante trouxe a seguinte questão explícita que,

[...] ajuda muito, ela me ajuda a ser uma pessoa forte, quando você chega a esse estado as pessoas não acreditam mais em você (participante B, 35 a).

Nesse fragmento anterior podemos observar a não validação da fala dessa mulher, por conseguinte do seu sofrimento. A partir do momento que esse sujeito começa a perceber que as pessoas não acreditam mais nelas, seja em relação a sua fala ou no seu processo de ruptura do ciclo de violência se instaura outro sofrimento. E é nesse sentido que o profissional de psicologia precisa estar atento ao atender esse sujeito, uma vez que o mesmo pode correr o risco de assim como os demais, não validar a trajetória dessa mulher e todos os seus aspectos envolvidos no processo de violência.

Aqui é necessário que ocorra primeiramente um bom acolhimento, pois como já foi dito anteriormente é ele que vai nesse primeiro momento influenciar a mulher a permanecer em atendimento. Pois caso ela se sinta violentada em algum momento a mesma vai romper com o processo de cuidado. A partir do acolhimento e consequente atendimento psicológico é possível que o sujeito consiga pensar em estratégias que combinadas gerem aspectos pessoais de resiliência como também de simbolização contribuindo para uma visualização de um futuro diferente (ADAMES; BONFIGLIO; BECKER, 2018).

A participante B ainda acrescenta que,

[...] uma vez que você surta e num tem a saúde mental ninguém quer mais acreditar que é capaz em nada. E ela sempre acredita em mim, tá entendendo? Ela sempre me coloca pra cima, ela... ela sempre tá ali. Eu acho que o acompanhamento que eu tenho com ela tem mais feito do que os remédios que eu tomo [...] (participante B, 35 a).

Nessa perspectiva podemos evidenciar que a participante traz em sua fala tanto a desvalorização que é colocada como também em uma posição de incapaz. Assim é notório que o psicólogo vai na direção contrária desse pensamento, tentando observar as potencialidades desse sujeito, trazendo o seu discurso como verdade. Pois por mais que

possa ter uma distorção, a sua fala ainda deve ser encarada como conteúdo de trabalho. Não cabendo ao profissional aqui julgar o que é certo, errado, verdadeiro ou não.

Outro ponto que pode ser trazido aqui para reflexão em relação a saúde mental estar ligado a complexa discussão do que é normal e patológico por conseguinte os estímulos relacionados a ela. Uma vez que o surto pode ter se apresentando como forma de defesa do sujeito de lidar com toda a situação vivenciada. Quando pensamos em um conceito de saúde que tira de cena a vida cotidiana com todos os seus problemas, estamos excluindo as oscilações da vida. Desse modo pensar a saúde inclusive como própria possibilidade de adoecer pode ser um dos pontos refletidos (GAMA; CAMPOS; FERRER, 2014).

Já a participante A não soube ao relatar qual a importância do atendimento psicológico tendo em vista que tinha passado apenas por um único atendimento no CRM, uma vez que tinha adentrado no serviço. Porém quis expor que o atendimento sic “foi bom”. Até mesmo não é dever da usaria saber a importância do mesmo, todavia é necessário que ela saiba quais são os serviços que são ofertados no equipamento, bem como deve receber orientações no que tange ao acesso aos mesmos. Nesse sentido cabe pensar que falar sobre o que é o atendimento psicológico para alguns sujeitos se faz importante, pois o mesmo não só vai ter noção da importância desse trabalho como também pode vim a tirar alguma dúvida ou curiosidade.

Uma vez que o fato do sujeito não conhecer o trabalho que é realizado pelo psicólogo pode fazer que ocorra em algumas situações a criação de mecanismo de defesas, desse modo podendo impossibilitar o atendimento. Assim sendo necessário o manejo do profissional e o olhar clínico. O comportamento deve ser analisado a partir do seu significado pessoal e social, do sentido que se ganha a partir de uma perspectiva histórica (MARTIN-BARO, 1997).

Ao se pensar na sua saúde mental a participante B relata no primeiro fragmento uma das instituições que chegou por conta da violência sofrida pelo ex companheiro e no segundo fragmento de como observa atualmente a sua saúde mental. Desse modo a mesma expressa que,

[...] fazendo eu chegar no estágio que eu cheguei... eu cheguei a loucura... eu cheguei na loucura [...] (participante B, 35 a).

[...] quanto eu já tinha me recuperado da minha saúde mental, eu não sei se foi 100% ou 50%, mas eu sei que já foi suficiente [...] (participante B, 35 a).

Assim podemos observar que no primeiro fragmento o sofrimento como também a violência foi de tamanha intensidade ao ponto da saúde mental da participante B ter sido comprometida a tal ponto ao chegar no estágio da loucura. Já no segundo fragmento a mesma já consegue visualizar uma melhoria no seu quadro, explicitando que ainda está no processo de tratamento. Mas que mesmo esse se mostra suficiente uma vez que essa consegue viver sua vida minimamente, como por exemplo, trabalhar e estudar. O processo de atendimento psicológico ele visa também o resgate da autonomia dessa mulher, e em conjunto com a equipe multiprofissional proporcionar possibilidades concretas de possibilidades que podem ser vivenciadas ao sair da situação de violência (REIS, 2010).

Nesse sentido vale ressaltar que o CRM surge como um espaço de atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico destinado para a mulher em situação de violência. Assim todos esses atendimentos de forma individual e conjunta devem contribuir para a superação da situação de violência ocorrida. Contribuindo para o fortalecimento dessa mulher, como também para o resgate de sua autoimagem e cidadania. É importante trazer à tona que a mulher deve ser respeitada, e que a depender do risco que essa corre é necessário acionar e encaminhar para os setores responsáveis. Desse modo trabalhando também de forma (NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, 2006).

Além do psicólogo ajudar no rompimento da violência o mesmo se apresenta na minimização do sofrimento que é trazido pelo sujeito. Pois é durante o seu atendimento que a vítima vai expressar os seus medos, angústias, sofrimentos e fragilidades. E todos esses aspectos devem ser acolhidos de forma que o sujeito se sinta verdadeiramente ouvido. Outro ponto a ser salientado é que, o profissional de psicologia precisa realizar uma análise social da trajetória de vida dessa mulher e isso inclui analisar sobre uma ótica de uma vivência e construções marcadas pelo racismo, em razão que só desse modo vamos estar pensando na mulher negra como totalidade, trabalhando dessa forma a integralidade.

6.5 “VOCÊ SE VER COMO MULHER NEGRA?”: O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO SER MULHER NEGRA.

Durante o procedimento da entrevista surgiu um dado importante o não reconhecimento de uma das participantes enquanto mulher negra. Nesse sentido é importante trazer nesse estudo como a construção da mulher negra é constituída e por conseguinte o porquê de muitas vezes ocorrer esse distanciamento dessa identidade. É importante trazer de início que o termo branco e negro serão utilizados nesse texto como construtos socialmente moldados a partir de uma dinâmica social da qual estão relacionados a preconceito e estereótipos.

Tal dinâmica constrói subjetividades referindo-se pessoa negra como inferior e a pessoa branca como superior. O processo de reconhecimento racial ele se mostra de forma bastante complexo, principalmente no que diz respeito na sociedade brasileira. Pois é pessoas que apresentam fenótipos negros, mas quem tem uma pele clara e uma condição socioeconômica favorável muitas vezes é lido socialmente como branco. Onde uma pessoa que pode apresentar as mesma características, porém sem condições econômicas pode ser colocada como negra (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

Desse modo podemos visualizar essa dificuldade de reconhecimento refletido na participante A ao passo que foi perguntada se ela se enxerga como mulher negra a mesma relata que,

[...] e eu sei lá que sou branca ou se sou preta [...] não, eu sou branca né... é que eu ando muito no sol (participante A, 37 a).

Nesse sentido se evidencia a confusão ao se auto declarar, porem logo em seguida trazendo argumentos que afastem a possibilidade da negrite atribuindo esse aspecto a um fator externo. Ao longo do tempo foram criados mecanismos sofisticados no que tange o preconceito racial, desse modo esse surgindo de forma sutil dificultando notar pois estar encoberto. O ser reconhecer enquanto mulher negra gera uma serie de implicações, inclusive perceber que normalmente estará sujeita a violência apenas pela sua condição existencial. Nesse sentido o reconhecer refere-se a uma tomada de consciência de si, da qual o sujeito de percebe naquela relação normalmente colocado como o diferente.

Trazendo isso para a situação histórica no Brasil percebemos que o ideal de ego é ser branco, nesse sentido a negação da sua etnia corresponde a tentar buscar por esse ideal que não será atingido (FERREIRA; CAMARGO, 2011). Nessa perspectiva o não reconhecer pode ser colocado como forma de mecanismo de proteção, uma vez que me

afasto de um local é marginalizado e excluído tentando ir em uma direção oposta a esse local social que é colocado.

Assim podemos trazer à tona o aspecto de alienação no processo de reconhecimento do ser negro trazido pela autora Sousa (1983), esse processo é percebido quando o sujeito não se reconhece como negro, desse modo se afastando de tudo ou qualquer coisa que lhe remeta essa identificação. Assim foi percebido que a participante A se encontra nesse estágio, uma vez que não se reconhece como negra vindo a negar qualquer semelhança com o seu próximo. Nessa perspectiva isso também implica em não se colocar em um local de violência, uma vez que a pessoa não se reconhece enquanto violentada em decorrência da alienação que se encontra.

Talvez com o passar do tempo a participante A se reconheça enquanto pessoa negra. Já que esse processo ele ocorre de forma complexa, onde muitas vezes só se faz a luz da consciência por meio de uma heteroidentificação, ou seja, eu preciso que o outro me veja assim para que dessa forma se consiga minimamente estar nesse local. Ao passo que a participante A ainda se encontra no estágio de alienação a participante B já passou pelo mesmo, uma vez que a mesma se reconhece como tal. Assim entender esse processo de identificação bem como encontrar-se nesse processo de identidade é algo complexo e difícil que necessita ter atenção na sua análise, uma vez que envolve muitos fatores para além do social.

A subjetividade aqui se faz como uma das grandes potentes no reconhecer-se, todavia ao passo que essa se mostra fragilizada se torna inviável qualquer estratégia no que tange o processo de identificação. Pois ao passo que há esse reconhecimento surge também um processo de lutar contra essas opressões, de dirigir suas energias para a minimização de desigualdade bem como se gera uma agressividade para com esse violentador. Que aqui se dá de forma ampla, tendo em vista o racismo estrutura e todos os seus aspectos.

Diferente da participante B que traz a afirmação quando é foi lhe perguntado se a mesma se via como mulher negra, obtendo a seguinte resposta

[...] me vejo, eu me vejo negra [...] (participante B, 35 a).

Aqui é possível perceber a reafirmar no que se refere-se a dimensão indenitária, assim é importante salientar que a identidade é vista nesse texto como algo que estar em

constate mudança. Da qual vai além de uma perspectiva individualista, trazendo concepções sociais, políticas e históricas. Ao passo que a pessoa negra foi sofrendo sistemáticas desqualificações e aqui abre uma ressalva para a mulher negra que muitas vezes ocupa um local de objeto, dessa maneira sendo negado o lugar de sujeito e de mulher é notório que acarreta prejuízos (AKOTIRENE, 2018).

Entre eles temos que as referências tomadas por essas mulheres se dão de estigmatizantes seja de ordem social, física, subjetiva ou intelectual. Desse modo essas referências foram sendo colocadas socialmente como verdades, trago aqui por exemplo, o fato da mulher negra ser vista apenas como empregada doméstica ou ser vista como algo não bonito. No desenvolvimento desse processo faz com que as vivências sejam vividas de maneira negativa, uma vez que o desprestígio pessoal bem como situações de humilhação se fazem presentes.

A pessoa negra sempre recai um olhar da qual faz o mesmo não se esquecer que é negro, isso se expressando no tratamento diferenciado, nas formas de exclusão. As suas características sempre são apontadas, por mais que exista um processo de branqueamento desse sujeito, pois antes de tudo o sujeito ainda continua sendo negro. Quando nos remetemos a figura do branco nota-se que sua identidade não é questionada muito menos que existe mecanismos que façam existir o pagamento ou a mortificação de sua identidade. A maioria da população brasileira tem intrujado no seu imaginário o ideal de branqueamento, seja essa pessoa negra ou não (PINTO; FERREIRA, 2014).

Essa ideia vai agir de forma inconsciente interferindo no processo de construção de identidade da pessoa negra, pois aspectos como solidariedade e pertencimento ao um grupo se enfraquece tendo por consequência o seu distanciamento (PINTO; FERREIRA, 2014). Nesse sentido foi percebido ao longo das discussões que ao passo que a mulher negra se reconhece enquanto tal, a mesma consegue minimamente perceber algumas diferenças no que tange o seu tratamento. Diferença essa causada pelo racismo, como foi no caso da participante B. No mais o se reconhecer enquanto mulher negra implica para além de ver em um local de exclusão, muitas vezes reflete em um poder de luta que pode ou ser associado em algum movimento social ou essa energia que vai mover para a busca da equidade a partir de uma articulação individual.

No mais é preciso salientar que essa pauta não se esgota com as discussões que foram elencadas no decorrer do texto, uma vez que existem outros fatores importantes no que se refere ao ser mulher negra e o processo de violência. Assim se tornando necessária outras discussões que tragam a mulher negra e suas várias nuances como centralidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer.
Conceição Evaristo

Tento em vista a pesquisa realizada evidenciou que o processo de violência também ocorre nos equipamentos sociais, dessa forma indo contra a própria política de funcionamento da mesma. Uma vez que esses surgem com o objetivo de garantir os direitos desses sujeitos, bem como a sua proteção. Outro aspecto significativo se diz respeito aos profissionais presentes nesses espaços, pois são a partir do acolhimento que esses realizam que vai estabelecer nesse primeiro momento a permanência da vítima ou não no serviço.

Assim cabe ressaltar que a sua postura, tal como sua atuação tem que se fundamentar nos aspectos éticos que o seu código profissional estabelece, aqui explicitando o profissional de Psicologia. Cabendo ao psicólogo a promoção da conscientização, a resignificação do processo de violência sofrido, bem como quebrar os sistemas de opressões, desse modo contribuindo no combate da desigualdade racial e de gênero.

Durante o desenvolvimento da pesquisa alguns aspectos foram percebidos, dentre eles a dificuldade de se ter acesso a amostra. Desse modo cabendo aqui uma explanação no que tange a esse fenômeno percebido. Pois dados quantitativos evidenciam que a maior parte da violência sofrida perpassa pela mulher negra, seguindo nessa perspectiva esse público era pra se fazer presente nesses espaços organizacionais. Todavia observou-se o contrário, uma vez que essas mulheres racializadas são invisibilizadas nessas instituições. Seja pela falta de acesso ou até mesmo por conta da violência institucional sofrida ao ponto haver uma ruptura entre ela e o serviço.

Nesse sentido trazer debates acerca da eficácia das políticas públicas assim como o seu funcionamento se torna essencial, pois as violências só vão se minimizar se o Estado se fizer presente com ações mais efetivas e direcionadas levando a interccção como um dos aspectos para a elaboração de ações. Caso contrário, o mesmo só vai estar validando uma prática que é realizada desde do processo escravocrata, ou seja, este estará dando aval para que o violência da mulher negra perpetue contribuindo desse modo para o feminicídio.

Outro ponto importante a ser salientado é a incipiência de trabalhos científicos relacionado ao referido tema. A maioria dos trabalhos lidos não traziam o marcador de raça, desse modo generalizando a vivência da mulher negra no mesmo patamar da vivência da mulher branca. Por conseguinte se tornando um erro, pois os processos e desenvolvimento da mulher negra ela vai se dá a partir de outras construções, tendo o prisma da raça além do gênero e da classe. Assim como também a constituição da subjetividade e rede de apoio, são esferas que precisam ser analisadas com cautela e na sua integralidade para não cometemos o erro de dizer que “a violência é igual para todo mundo”, pois vimos que não. Dessa maneira expressando uma fragilidade e uma mortificação epistêmica, já que não se tem trabalhos falando sobre essa pauta. E principalmente mulheres negras falando de sua vivência e resistência sobretudo.

Assim trazer essa discussão para academia se torna necessário e urgente, visto que esses discentes serão os profissionais do futuro. Para tanto é imprescindível construir isso já na carreira acadêmica já que é uma pauta extremamente fragilizada. Tendo em vista que há uma lacuna notaria e resistência para se falar, evidentemente sofrendo influência de uma estrutura institucional racista.

Dessarte que essas discussões precisam ganhar força para se tornar futuras ações, pois o combate a violência e o feminicídio da mulher negra não é uma papel apenas da academia, mas também da sociedade civil e o Estado. Por conseguinte como já foi falado anteriormente pensar em propostas de ações mais eficazes e que abranja a mulher negra periférica e rural. Já que para ocorrer a construção de políticas públicas a sociedade civil tem um papel de destaque, pois é a mesma que vai falar de suas necessidades e demandas.

Abrindo uma ressalva aqui, para explicitar que esses espaços também precisam ser ocupados pelas mulheres negras, pois ninguém melhor pra falar dos seus processos do que elas mesmas. Resistindo ao epistemicídio que a população negra sofre, uma vez que não se encontra pesquisadores negros dentro da academia. Assim espera-se que esse trabalho venha a contribuir para a construção de novas pesquisas, bem como se almeja a continuação desse estudo para algo mais complexo trazendo mais fortemente o papel da política pública dentro desse processo. Com tudo sendo essa escrita uma forma de denunciar o presente sistema político e social vivenciado pelas mulheres negras, explicitando que apesar de tudo essas continuam resistindo das mais diversas formas e lutando para melhores condições de vida, mais exatamente para que tenham direito a vida e que essa seja vivida de forma digna.

REFERÊNCIAS

ADAMES, B.; BONFIGLIO, S. U.; BECKER, A. P. S. Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. **Pesqui. prá. Psicossociais**. São João del-Rei, v. 13, n. 2, p. 1-12, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 nov. 2019.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018.

CASTRO, E. G.; MACEDO, S. C. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Rev. Direito Práx.** Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1214-1238, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000201214&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

CEZAR, L. C. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 52-70, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000100052&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de nov. 2019.

COIMBRA, J. C.; RICCIARDI, U.; LEVY, L. Lei Maria da Penha, equipe multidisciplinar e medidas protetivas. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 158-172, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 de nov. de 2019.

Conselho Federal de Psicologia Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 2017.

CUNHA, T. R. A.; SOUSA, R.C. B. Violência Psicológica contra a mulher: Dor Invisível. **In X Congresso Luso-AfroBrasileiro**. Sociedades Desiguais e paradigmas em confronto, Volume IV População, modos e ciclos de vida: Família, gênero e sexualidades. Braga, 2009. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID848_19062017202106.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2019.

DAVIS, A. (1994). **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. (1944). **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de nov. 2019.

ERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saude soc.** São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

FERRARI, A.; CASTRO, R. P. (Orgs). **Diversidade sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da Pesquisa Científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Núcleo de Bioestatística Aplicado à Pesquisa da Universidade da Amazônia – Unama.** Amazonas, 2009. Disponível em: https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Acesso em: 01 de ago. 2019.

GAMA, C. A. P.; CAMPOS, R. T. O.; FERRER, A L. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-84, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de nov. 2019.

GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2019.

MARTIN-BARO, I. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol. (Natal).** Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de nov. 2019.

MINAYO, M. C. S. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. **Cadernos de Saúde Pública.** p. 646-647, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n3/01.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

NETTO, L. A. et al. Violência contra a mulher e suas consequências. **Acta paul. enferm.** São Paulo, v. 27, n. 5, p. 458-464, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002014000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 de nov. 2019.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista.** Salvador, Bahia: Devires, 2017.

Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Brasília, 2006.

REGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 de ago. 2019.

REIS, A. A. O atendimento psicológico às mulheres em situação de violência no Centro de Referência Maria do Pará: um balanço após dois anos de funcionamento. **Rev. NUFEN.** São Paulo, v. 2, n. 1, p. 134-139, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912010000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 de nov. 2019.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SACRAMENTO, L. T.; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, Canoas, n. 24, p. 95-104, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009&lng=ptm&nrm=iso. Acesso em: 01 de ago. 2019.

SERPA, M. G.; FELIPE, J. O conceito de exploração sexual e seus tensionamentos: para além da dicotomia vitimização-exploração. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100210&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de out. 2019.

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 30, n. 3, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 de ago. 2019.

SILVA, *et al.* A violência e suas repercussões na vida da mulher contemporânea. **Rev enferm UFPE.** Recife, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/110209/22112>. Acesso em: 02 de nov. 2019.

SOUSA, N. S. **Torna-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1983.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de nov. 2019.

PINTO, L. S. S. et al. Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. **Ciênc. saúde coletiva.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1501-1508, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002501501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de nov. 2019.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesqui. prá. Psicossociais.** São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 de nov. de 2019.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência**. Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.